



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão  
Central de Compras  
Coordenação-Geral de Serviços Compartilhados

### MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo nº:	19973.102061/2022-55
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE PLATAFORMA WEB E MOBILE, PARA INTEGRAÇÃO E GESTÃO DAS SOLUÇÕES DE MOBILIDADE CORPORATIVA QUE TENHAM SE CREDENCIADO JUNTO À CONTRATANTE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Data de Início da Contratação:	
Unidade:	

1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, execução e controle dos eventos relacionados aos riscos que possam comprometer, em algum grau, o sucesso do planejamento da contratação, da realização da licitação do objeto e da gestão contratual.
2. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco de cada possível evento identificado, que corresponde à combinação do impacto e da probabilidade de ocorrência da situação que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC almejada.
3. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e o impacto, caso o risco ocorra. Além disso, são listados possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação dos responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.
4. As tabelas a seguir ajudam a classificar os riscos com base nesses parâmetros:

Tabela 1: Escala qualitativa de classificação da **probabilidade** do evento. (Fonte: Manual de gestão de riscos do TCU, 2018)

Classificação	Descrição
<b>Muito baixa</b>	Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.
<b>Baixa</b>	O histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo
<b>Média</b>	Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios de que possa ocorrer nesse horizonte
<b>Alta</b>	Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios de ocorrência nesse horizonte
<b>Muito alta</b>	Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo

Tabela 2: Escala qualitativa de classificação do **impacto** do evento. (Fonte: Manual de gestão de riscos do TCU, 2018)

Classificação	Descrição
<b>Insignificante</b>	Compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.
<b>Pequeno</b>	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.
<b>Moderado</b>	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.
<b>Grande</b>	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.
<b>Catastrófico</b>	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

5. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme o resultado do ER do risco. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A figura a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

MATRIZ IMPACTO x PROBABILIDADE

RISCOS TOTAIS MAPEADOS		PROBABILIDADE				
76		MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA
IMPACTO	CATASTRÓFICO	1	0	0	0	0
	GRANDE	1	10	32	1	0
	MODERADO	2	10	3	0	0
	PEQUENO	3	8	1	0	0
	INSIGNIFICANTE	1	3	0	0	0

## Fase de análise: Planejamento da Contratação (antes da publicação do Edital)

Identificar			Avaliar		Tratar			
Seq.	Evento de Risco	Dano	Probabilidade	Impacto	Responsável	Tratamento	Ação Preventiva	Ação de Contingência
1	Descritivo da solução errado, incompleto, restritivo ou direcionado.	Aquisição/contratação de solução que não atende a necessidade.	MÉDIA	GRANDE	Equipe de Planejamento	Reduzir	- Capacitação da equipe de planejamento; - Realizar rodadas de diálogos transparentes com o mercado; - Análise de instrumentos convocatórios de outros entes públicos;	- Devolução do ETP e Termo de Referência ao requisitante para correção; - Revogação ou anulação - Autoridade Competente
2	Quantidade do objeto incorreta	Aquisição/contratação de solução que não atende a necessidade.	MÉDIA	MODERADO	Equipe de Planejamento	Reduzir	- Incluir no ETP o histórico de consumo e memorial de cálculo.	- Identificado o erro durante o Planejamento, devolução do Termo de Referência ao requisitante para correção; - Identificado o erro durante a Sessão Pública, cancelamento do item e devolução do processo ao requisitante.
3	Falta de prazo hábil para instrução do processo de compra e/ou contratação	Instrução de processo com baixa qualidade.	BAIXA	GRANDE	Equipe de Planejamento	Evitar	- Elaboração e Acompanhamento do Portfólio da Central; - Utilização de ferramenta de gestão de demandas (Planner); - Definição do cronograma do projeto com a equipe.	- Aquisição emergencial; - Classificação do processo como prioridade.
4	Alterações no Termo de Referência por parte do requisitante após o início da etapa de estimativa de preços.	Atraso no andamento da contratação/aquisição.	MÉDIA	GRANDE	CGSEC	Evitar	- Orientar o requisitante sobre a etapa de planejamento e confecção do termo de referência; - Capacitação das áreas de planejamento na definição da demanda e elaboração de ETP.	- Atualizar a instrução do processo e refazer a estimativa de preços.
5	Não detalhamento dos custos unitários pela área técnica ou falta de justificativa para o não detalhamento	Ilegalidade ou nulidade na contratação/aquisição.	BAIXA	PEQUENO	CGSEC	Evitar	- Orientar as equipes de planejamento quanto a necessidade de detalhamento correto dos custos antes de iniciar a estimativa de preços;	- Solicitar que o requisitante reformule o termo de referência para que seja confeccionada a planilha estimativa ; - Solicitar justificativa para o não detalhamento, no caos do item 2.9, b.1 do Anexo V da

								IN/SEGES/MP nº 05/2017.
6	Falta de padronização de documentos e procedimentos	Baixa qualidade na instrução processual.	BAIXA	INSIGNIFICANTE	Equipe de Planejamento	Evitar	- Elaborar plano de ação para padronização dos documentos de instrução de processos licitatórios;	
7	Falha técnica na ferramenta de pesquisas de preços (Painel de Preços, DW-Comprasnet, etc.)	Atraso no andamento da contratação/aquisição.	BAIXA	INSIGNIFICANTE	CGSEC	Reduzir	- Utilização de outros sistemas de pesquisa de preços disponíveis.	- Adiar pesquisa de preços.
8	Metodologia de definição do preços estimado inadequada	Sobrepço ou preço inexequível. Contratação fracassada.	MÉDIA	GRANDE	CGSEC	Reduzir	- Elaborar a planilha automatizada com históricos de preços e análise crítica de estimativa de preços; - Capacitação da equipe em elaboração de pesquisa de preços e definição do preço estimado.	- Identificada a ocorrência com a licitação em andamento, devolução do processo ao setor requisitante para refazer a estimativa.
9	Processo de estimativa de preços não atender a IN 73/2020	Sobrepço ou preço inexequível. Contratação fracassada.	BAIXA	GRANDE	CGSEC	Evitar	- Capacitação da equipe em elaboração de pesquisa de preços e definição do preço estimado.	- Identificada a ocorrência com a licitação em andamento, devolução do processo ao setor requisitante para refazer a estimativa.
10	Não verificação dos sócios das empresas que encaminharam cotação	Sobrepço. Fraude na contratação	BAIXA	PEQUENO	CGSEC	Reduzir	- Capacitação da equipe em elaboração de pesquisa de preços e definição do preço estimado.	- Incluir a documentação necessária tardiamente;
11	Unidade de fornecimento incorreta	Aquisição/contratação de solução que não atende a necessidade. Não compreensão do formato da contratação pelas empresas interessadas.	BAIXA	MODERADO	Equipe de Planejamento	Evitar	- Capacitação das áreas requisitantes na etapa de planejamento de compras e contratações;	- Devolução do Termo de Referência ao requisitante para correção;
12	Objeto cotado não condiz com o objeto do Termo de Referência/Projeto Básico	Baixa qualidade na estimativa de preços.	BAIXA	MODERADO	CGSEC	Reduzir	- No caso de objetos específicos, consultar o setor técnico quanto ao preço estimado;	- Devolução do processo para correção da estimativa de preços;
13	Dificuldade na confecção da estimativa de preços devido à restrição de mercado	Baixa qualidade na estimativa de preços.	MÉDIA	GRANDE	CGSEC	Reduzir	- Aumentar e divulgar as fontes de pesquisas de preços (listas oficiais, portais de transparência, bancos de preços públicos e privados, etc.) para o procedimento de estimativa; - Solicitar aos fornecedores notas fiscais e/ou contratos com o mesmo objeto a fim de verificar o preço cotado;	
14	Pedido de contratação de serviços com fornecimentos de materiais em item único	Erro na tributação dos produtos; Sobrepço ou preço inexequível. Contratação fracassada.	BAIXA	MODERADO	CGSEC	Evitar	- Avaliação do Termo de Referência e orientar o Setor Requisitante no ato de recebimento do pedido de contratação; - Capacitação da equipe de planejamento.	Correção do Termo de Referência - Setor Requisitante
15	Termo de Referência incompleto, incorreto ou incompatível com o mercado.	Aquisição/contratação de solução que não atende a necessidade. Sobrepço ou preço inexequível.	MÉDIA	MODERADO	CGSEC	Reduzir	- Capacitação da equipe de planejamento; - Divulgação dos Termo de Referência elaborados pela Advocacia Geral da União;	Correção do Termo de Referência - Setor Requisitante
16	Falta de informação da classificação contábil e/ou informação da disponibilidade orçamentária	Contratação sem recurso para contratação.	BAIXA	INSIGNIFICANTE	CGSEC	Evitar	- Elaboração e utilização da Lista de Verificação de instrução de processo - Unidade de Compras	Inserir informação faltante (classificação e/ou disponibilidade orçamentária) - Setor Financeiro
17	Erro no preenchimento da Planilha de Custos e	Sobrepço ou preço inexequível.	MÉDIA	GRANDE	CGSEC	Reduzir	- Elaboração e disponibilização de	No caso de identificação do erro

	Formação de Preços estimativa de terceirização	Contratação fracassada. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.					modelo padrão de Planilha de Custos e Formação de Preços e Memorial de Cálculo para as unidades responsáveis pela área de planejamento; - Capacitação dos servidores das equipes de planejamento; - Dupla conferência da planilha estimativa.	na sessão pública, correção da planilha e posterior republicação do edital - Unidade de compras / No caso de identificação do erro na execução, alteração contratual - Unidade de Contratos
18	Acúmulo de projetos na etapa de planejamento	Atraso no andamento dos processos. Baixa qualidade na instrução processual.	MÉDIA	MODERADO	CGSEC	Reduzir	- Adequação do número de servidores à demanda da unidade; - Capacitação dos servidores da unidade requisitantes; - Padronização de procedimentos de planejamento; - Padronização dos documentos de instrução processual.	Classificação dos processos por prioridades - Setor de Administração
19	Modelagem da contratação restritiva a segmentos do mercado	Nulidade do processo. Contratação fracassada.	MÉDIA	GRANDE	CGSEC	Reduzir	- Analisar detalhadamente as características da soluções e classificá-las quanto a sua essencialidades para o serviço;	- No caso de restrições identificadas no momento da licitação, republicar o edital; - No caso de restrições identificadas na execução contratual, repetir licitação.
20	Contratação de solução de integração restringir o mercado de transporte devido a dificuldade de conexão.	Definir e descrever dados básicos no TR da contratação da solução de integração e no Projeto Básico do credenciamento.	MÉDIA	GRANDE	CGSEC	Evitar	- Definir o mais detalhadamente possível o modelo de conexão das soluções de transporte na integração	- Republicar editais de contratação.
21	Inviabilidade da contratação de solução de integração de plataforma de transporte	Contratação antieconômica.	BAIXA	GRANDE	CGSEC	Reduzir	- Buscar fontes de dados para a análise da viabilidade da contratação da integradora; - Após 1 ano de contrato, analisar os ganhos com a ferramenta de comparação de preços; - Formatar o Termo de Referência da contratação da ferramenta de integração e o Projeto Básico de credenciamento da solução de transporte de forma híbrida (com e sem a necessidade de ferramenta de integração).	- Não sendo viável e necessária a ferramenta de integração, não renovação contratual.
22	Oligopólio do mercado de prestação de serviço da plataforma de integração das soluções de transporte	Licitação fracassada Sobrepreço	ALTA	GRANDE	CGSEC	Reduzir	- Estabelecer diálogo transparente com as empresas do ramo; - Estabelecer diálogo com os órgãos que já utilizaram solução parecida com a necessidade da Administração; - Pesquisa de preços realizada com maior quantidade de fontes.	
23	Empresa de integração realizar algum tipo de tratamento nos preços fornecidos pela contratada.	Sobrepreço Fraude na execução contratual	BAIXA	GRANDE	CGSEC	Evitar	- Incluir no Termo de Referência cláusula enquadrando como fraude qualquer tipo de tratamento nos preços da empresa contratada.	- Abertura de procedimento de apuração de responsabilidade da empresa contratada.
24	Empresa credenciada incluir taxas indevidas	Sobrepreço	BAIXA	GRANDE	CGSEC	Evitar	- Incluir regra no Projeto Básico em que no preço	

após a estimativa de preços.	Fraude na execução contratual					cotado via API deve estar com todas as taxas necessárias.	
------------------------------	-------------------------------	--	--	--	--	---	--

**Fase de análise: Seleção de Fornecedores (entre a publicação do Edital e a assinatura do contrato)**

Identificar			Avaliar		Tratar			
Seq.	Evento de Risco	Dano	Probabilidade	Impacto	Responsável	Tratamento	Ação Preventiva	Ação de Contingência
25	Ausência de padronização dos editais – (RCA/TCU)	Vícios em editais	MÉDIA	GRANDE	CGLIC	Reduzir	- Utilização preferencial das minutas da AGU;	
26	Ausência de previsão de penalidades para condutas que retardam o pregão – (RCA/TCU)	Nulidade em edital	BAIXA	GRANDE	CGLIC	Reduzir	- Utilização preferencial das minutas da AGU, onde consta a correta redação das penalidades a que as empresas estão sujeitas;	
27	Competências requeridas para a seleção do fornecedor – (RCA/TCU)	Inexecução contratual	BAIXA	MODERADO	CGLIC	Reduzir	- Alta administração define atribuição para os diversos atores necessários ao correto julgamento da licitação, incluindo, pelo menos, o pregoeiro, representante do beneficiário, do especialista, do administrativo e da assessoria jurídica; - Inclusão no plano de capacitação das formações requeridas para essas funções;	
28	Verificação de condições impeditivas – (RCA/TCU)	Nulidade do processo licitatório.	MUITO BAIXA	MODERADO	CGLIC	Reduzir	Lista de Verificação da fase externa constar a relação das listas onde constam restrições para contratar com a Administração Pública que devem ser consultadas. - Unidade de Licitações	- Verificação extemporânea das listas onde constam restrições de contratar com a Administração Pública - Unidade de Licitações
29	Elementos contidos na publicidade dos atos – (RCA/TCU)	Nulidade do processo licitatório.	MUITO BAIXA	PEQUENO	CGLIC	Evitar	- Determinar que os extratos de contratos e licitações sejam publicados no veículos e formatos corretos, devendo constar as seguintes informações: a) Nos avisos de licitação: nº do processo, objeto, local de disponibilização do edital. b) Nos extratos de contrato: nº do processo, objeto, contratado (Nome e CNPJ/CPF), valor, procedimento licitatório realizado. c) Nos extrato de dispensa e inexigibilidade: nº do processo, objeto, contratado (Nome e CNPJ/CPF), valor, fundamento legal, autoridade autorizadora, autoridade ratificadora. - Verificação nos sistema da Administração Pública, se todas as informações são disponibilizadas nos avisos - Unidade de Licitações	- Correção da publicação, inserindo as informações faltantes.
30	Acúmulo de processos na unidade de licitações	Atraso no andamento dos processos. Baixa qualidade na instrução processual.	BAIXA	PEQUENO	CGLIC	Evitar	- Elaboração e acompanhamento do Portfólio de Projetos da Central de Compras.	- Solicitação de apoio a outras unidades para a redução do acúmulo de processos.
31	Fornecedor se valer dos benefícios de ME/EPP sem estar enquadrado	Fraude no processo licitatório	BAIXA	PEQUENO	CGLIC	reduzir	- Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento	Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o

							<p>diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro deverá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.</p> <p>Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006. - Unidade de Licitações</p>	Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes (ver TCU, Ac. n. 1.793/2011 – Plenário). - Unidade de Licitações
32	Requisitante não responder impugnações e esclarecimentos dentro do prazo e de forma satisfatória	Atraso no andamento dos processos.	BAIXA	MODERADO	CGLIC	Evitar	<p>- Orientação aos principais requisitantes da importância e consequências das impugnações e esclarecimentos;</p>	Suspensão da licitações até que o setor responsável se manifeste - Unidade de Licitações
33	Instrução incorreta ou confusa de processos republicados	Baixa qualidade na instrução processual.	MÉDIA	PEQUENO	CGLIC	Reduzir	<p>- Padronizar instrução processual.</p>	Corrigir a instrução processual das licitações publicadas - Unidade de Licitações
34	Demora na homologação do pregão	Atraso no andamento dos processos.	MUITO BAIXA	INSIGNIFICANTE	CGLIC	Reduzir	<p>- Conscientizar a autoridade competente sobre a importância da homologação célere e da possibilidade do vencimento das propostas - Setor de Administração;</p> <p>- Monitoramento do indicador de processos em andamento.</p>	
35	Fornecedor ofertar item que não atenda o descritivo do edital	Aquisição/contratação de solução que não atende a necessidade.	MÉDIA	GRANDE	CGLIC	Evitar	<p>- Capacitação dos setores requisitantes na elaboração de descritivos claros e objetivos;</p> <p>- Inserir nas mensagens padrão de início de sessão pública nas fases externas, advertência sobre a obrigatoriedade de atendimento de todos os requisitos da contratação;</p> <p>- Incluir obrigatoriedade de Prova de Conceito - POC;</p> <p>- Levantar as possíveis soluções de mercado que atendem o descritivo.</p>	Desclassificação de proposta indevida e abertura de processo, para apuração de responsabilidade - Unidade de Licitações
36	Erro no lançamento dos itens no siasg-divulgação de compras (formação de grupos, quantidades,	Aquisição/contratação de solução que não atende a necessidade. Frustrar a competitividade da concorrência	BAIXA	GRANDE	CGLIC	Reduzir	<p>- Padronização dos CATMAT/CATSER de materiais e serviços junto aos requisitantes;</p> <p>- Inclusão na Lista de</p>	<p>- Republicação do edital;</p> <p>- Contratação emergencial, quando a situação exigir.</p>

	resultado do certame, etc.).						Verificação da fase externa do documento de conferência da classificação dos serviços.	
37	Recebimento de processos com prazo reduzido para finalização, considerando a contratação vigente	Atraso no andamento dos processos. Baixa qualidade na instrução processual.	BAIXA	GRANDE	CGLIC	Evitar	- Consientização das unidade requisitantes quanto ao envio de pedidos compatíveis com o tempo de tramitação do processo licitatório; - Incluir procedimento de aviso de vencimento contratual para contratos vincendos; - Manutenção do sistema de gestão de tarefas atualizado.	- Classificação do processo como prioridade;
38	Termo de Referência com vícios (contradizendo termos do edital padronizado, objeto direcionado sem justificativa, com restrição da competitividade, solicitação de amostras sem o cumprimento dos requisitos legais, com obrigatoriedade de vistoria sem justificativa, e falta de justificativa que demonstre a necessidade do produto/serviço e seu quantitativo.)	Aquisição/contratação de solução que não atende a necessidade. Frustrar a competitividade da concorrência Nulidade do processo licitatório.	BAIXA	MODERADO	CGLIC	Evitar	- Capacitação dos requisitantes na elaboração do Termo de Referência; - Elaboração da Termo de Referência utilizando-se o padrão da AGU.	- Devolução do TR para correção após análise jurídica.
39	Idoneidade dos atestados – (RCA/TCU)	Fraude no processo licitatório.	BAIXA	MODERADO	CGLIC	Reduzir	- No caso de contratação de objetos complexos, realizar diligência dos atestados fornecidos;	
40	Ausência de sistematização dos procedimentos a serem executados – (RCA/TCU)	Atraso no andamento dos processos. Baixa qualidade na instrução processual.	BAIXA	PEQUENO	CGLIC	Reduzir	- Implantação/utilização do Procedimento Operacional Padrão (POP) da fase externa; - Implantação/utilização da Lista de Verificação da fase externa do certame.	
41	Licitantes não mantém propostas após a fase de lances do pregão – (RCA/TCU)	Inexecução contratual total ou parcial	BAIXA	MODERADO	CGLIC	Reduzir	- Fazer a comunicação na abertura do certame sobre as consequências do ato;	- Encaminhar memorando a autoridade competente para providências cabíveis ao ato, principalmente a abertura do procedimento de abertura de processo licitatório.
42	Fornecedores praticarem “mergulho” na sessão pública	Sobreprego. Fraude no processo licitatório	BAIXA	MODERADO	CGLIC	Reduzir	- Verificação de sócios e ou dados em comum através do SICAF – Consulta Parametrizada e nas propostas apresentadas pela empresa	- Desclassificar as empresas e solicitar abertura de processo de apuração de responsabilidade das empresas.
43	Pouca competitividade durante a sessão pública	Sobreprego. Licitação fracassada.	MÉDIA	GRANDE	CGLIC	Reduzir	- Ampla divulgação a licitação da Central de Compras; - Adotar como premissa na elaboração do planejamento da licitação sempre a maior competitividade.	
44	Morosidade do requisitante na resposta dos apontamentos do parecer jurídico	Atraso no andamento dos processos.	MUITO BAIXA	PEQUENO	CGLIC	Reduzir	- Explicar às áreas requisitantes a importância e função dos pareceres jurídicos; - Capacitar os requisitantes no procedimento de compras públicas.	
45	Incidência de recursos contra o resultado da licitação	Atraso no andamento dos processos.	BAIXA	PEQUENO	CGLIC	Reduzir	- Elaboração de justificativa detalhada para as recusas de propostas; - Inclusão de mensagens padronizadas no início da	

							sessão pública orientando como ela ocorrerá.	
46	Dificuldade na obtenção do catmat para lançamento do edital no siasg-divulgação de compras	Atraso no andamento dos processos.	BAIXA	PEQUENO	CGLIC	Reduzir	- Padronização dos CATMAT/CATSER de materiais e serviços junto aos requisitantes; - Não havendo CATMAT para o serviço, solicitação de inclusão.	

**Fase de análise: Gestão do Contrato (após a assinatura do contrato até o encerramento da contratação)**

Identificar			Avaliar		Tratar			
Seq.	Evento de Risco	Dano	Probabilidade	Impacto	Responsável	Tratamento	Ação Preventiva	Ação de Contingência
47	Minuta de contrato em desacordo com a minuta-padrão da AGU	Vícios em instrumento convocatório	BAIXA	PEQUENO	CGSEC	Reduzir	- Conscientizar sobre a utilização das minutas de Termo de Referência da AGU.	- Republicação da licitação, no caso de identificação de ilegalidade; - Alteração contratual unilateral ou por acordo entre as partes.
48	Falta de assinatura e/ou atraso na assinatura do contrato pelo fornecedor vencedor da licitação	Atraso no andamento dos processos. Inexecução contratual total.	MUITO BAIXA	CATASTRÓFICO	CGGAC	Reduzir	Previsão no instrumento convocatório de prazo para assinatura e devolução do contrato. - Unidade de Licitações / Elaboração e utilização da Lista de verificação de confecção de atas/contratos - Unidade de Contratos	- Notificação do fornecedor; - Solicitação de abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidade (art. 7º da Lei 10520/2002 e/ou art. 81 da Lei 8666/93); - Republicar o certame;
49	Falta e/ou atraso na designação de equipe de gestão e fiscalização do contrato	Falha na execução contratual	MUITO BAIXA	GRANDE	CGGAC	Reduzir	- Utilização das minutas de TR/PB da AGU, com prazos de assinatura; - Estabelecimento de critérios de qualificação que restrinjam a participação de empresas que já atuam no segmento; - Acompanhamento do procedimento de assinatura pela equipe de gestão do serviço.	- Notificação ao setor requisitante sobre a indicação; - Indicação extemporânea conforme art. 41 da IN/SEGES nº 05/2017;
50	Falta de publicidade do contrato no site CENTRAL	Nulidade do contrato	MUITO BAIXA	PEQUENO	CGGAC	Evitar	- Utilização do ComprasGovBr contratos como ferramentas estruturante, que possui ferramenta de publicação automática dos contratos; - Inclusão do link de transparência do ComprasGovBr Contratos no site do ME.	- Publicação extemporânea no site .
51	No caso de licitação tradicional, falta de recurso disponível para empenho do objeto licitado e/ou de aditivos	Planejamento do processo licitatório	BAIXA	GRANDE	CGGAC/CGSEC	Evitar	- Alinhamento da contratação com órgão piloto; - Construir pesquisa e consulta sobre gestão orçamentária	



							financeira sobre CSC.	
52	Falta de entrega da garantia contratual ou entrega fora dos moldes estabelecidos no instrumento convocatório	Inexecução contratual	BAIXA	MODERADO	CGGAC	Evitar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer procedimento e lista de verificação do instrumento de garantia no momento do recebimento;</li> <li>- Incluir no instrumento convocatório a possibilidade de retenção do valor garantido de notas fiscais em aberto no caso de não entrega do instrumento da garantia;</li> <li>- Capacitação da equipe para análise da garantia contratual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Solicitar retenção do valor da garantia de valores de Notas Fiscais em aberto;</li> <li>- Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade da empresa;</li> <li>- Rescisão contratual.</li> </ul>
53	Falta de registro das informações do contrato no COMPRASGOVBR CONTRATOS e publicação no Diário Oficial da União	Nulidade do contrato Falha na execução contratual	MUITO BAIXA	MODERADO	CGGAC	Evitar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer procedimento e lista de verificação do instrumento de garantia no momento do recebimento;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicação extemporânea no COMPRASGOVBR CONTRATOS.</li> </ul>
54	Erros nos cálculos da Planilha de Custos e Formação de Preços em desacordo com a legislação trabalhista ou fiscal em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra	Sobrepçoço ou preço inexequível. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Equipe de Fiscalização	Reduzir	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração e disponibilização de modelo padrão de Planilha de Custos e Formação de Preços e Memorial de Cálculo para os setores que instruem processos licitatórios de terceirização;</li> <li>- Dupla conferência dos cálculos da planilha estimativa de custos e formação de preços;</li> <li>- Dupla conferência da planilha de custos e formação de preços da proposta da empresa na sessão pública (planilha-espelho), atentando-se para o arredondamento para 2 casas decimais somente;</li> <li>- Capacitação dos servidores das equipes na elaboração da planilha de custos e formação de preços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alteração Contratual visando corrigir o cálculo;</li> <li>- Rescisão Contratual.</li> </ul>
55	Falta de competência do signatário do contrato da empresa vencedora	Nulidade do instrumento do contrato	MÉDIA	GRANDE	CGGAC	Evitar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conferir o instrumento legal que dá poderes ao signatário no momento da assinatura do contrato (procuração, contrato social, etc.).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expedir termo de retificação convalidando o vício de competência.</li> </ul>

56	Constar registros de impedimento, suspensão ou declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar	Descontinuidade do contrato	BAIXA	GRANDE	CGGAC	Evitar	- Consultar habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista, bem como os cadastros públicos de sanção a fornecedores (CEIS, CNJ, TCU e outros) da empresa antes da formalização do contrato.	- Avaliar alternativas entre republicação ou convocar o próximo colocado na licitação.
57	Utilização indevida pelos usuários do serviço do TáxiGov	Fraude na execução contratual	MÉDIA	GRANDE	CGSEC	Reduzir	- Realizar campanhas sobre a utilização; - Criar critérios de auditoria das corridas com base nos dados dos relatórios.	
58	Identificação de erros na Planilha de Custos e Formação de Preços de serviços terceirizados	Sobrepço ou preço inexequível. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Equipe de Fiscalização	Evitar	- Procedimento de dupla conferência da planilha estimativa de preços; - Procedimento de dupla conferência da planilha-proposta do fornecedor antes da divulgação do resultado da licitação; - Conferência da proposta da empresa vencedora com planilha espelho (com arredondamento para 2 casas decimais) .	- Alteração Contratual com objetivo de corrigir os erros na PCFP.
59	Falta ou atraso na entrega dos documentos da fiscalização inicial das obrigações previdenciárias e trabalhistas (Anexo VIII-B da IN/SEGES/MP nº 05/2017)	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Equipe de Fiscalização	Reduzir	- Elaborar Lista de Verificação e POP da Fiscalização Administrativa; - Realização de reunião inicial com a empresa contratada ressaltando a importância dos documentos iniciais para o início da execução dos serviços; - Elaborar modelo de ofício de orientação para empresas em início de contrato.	- Retenção dos valores correspondentes a não comprovação dos serviços prestados; - Abertura de processo de apuração de responsabilidade; - Acionar garantia contratual; - Rescisão contratual unilateral.
60	Falta ou não comprovação, atraso e/ou pagamento incorreto da remuneração dos trabalhadores	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Equipe de Fiscalização	Reduzir	- Elaborar Lista de Verificação e POP da Fiscalização Administrativa; - Realização de reunião inicial com a empresa contratada ressaltando a importância dos documentos iniciais para o início da execução dos serviços; - Elaborar modelo de ofício de orientação para empresas em início de contrato.	- Retenção dos valores correspondentes a não comprovação dos serviços prestados; - Abertura de processo de apuração de responsabilidade; - Acionar garantia contratual; - Rescisão contratual unilateral.
61	Relação de trabalhadores da GFIP desatualizada pelo tomador o órgão contratante	Falha na execução contratual.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Reduzir	- Conferência mensal da GFIP com a relação de	- Solicitar atualização da relação;

		Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.					trabalhadores alocados no contrato, conferindo o campo TOMADOR, onde deve constar os dados do CONTRATANTES; - Elaborar Lista de Verificação e POP da Fiscalização Administrativa.	- Retenção do valor do INSS referente ao empregado não listado.
62	Falta de controle dos prazos contratuais pelos gestores e fiscais	Descontinuidade do serviço	MÉDIA	GRANDE	Equipe de Fiscalização	Reduzir	- Manter os dados contratuais do COMPRASGOVBR CONTRATOS; - Manter procedimento de aviso de vencimento contratual para contratos vincendos; - Capacitar os Gestores e Fiscais para o acompanhamento dos procedimentos de gestão e fiscalização. - Elaborar documento de orientações iniciais para Fiscais e Gestores de contratos.	Solicitar contratação emergencial - Setor Requisitante
63	Falta de pedido de reajuste contratual por parte da contratada para fornecimento da plataforma de integração	Desequilíbrio da equação econômica-financeira do contrato.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Reduzir	- Utilização da minuta-padrão de editais e contratos da Advocacia-Geral da União; - Elaborar modelo de ofício de orientação para empresas em início de contrato.	- Orientação por parte do gestor do contrato no momento da manifestação da empresa para prorrogação.
64	Documentação de prorrogação de contrato incompleta	Descontinuidade do serviço	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Reduzir	- Manter procedimento de aviso de vencimento contratual para contratos vincendo; - Capacitar os Gestores e Fiscais para o acompanhamento dos procedimentos de gestão e fiscalização.	Nova contratação
65	Falta ou não comprovação do pagamento do FGTS mensal dos trabalhadores	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Reduzir	- Solicitar comprovante de pagamento mensal do FGTS; - Solicitar, por amostragem e mensalmente, o extrato da conta vinculada do FGTS dos trabalhadores alocados no contrato (Anexo VIII-B, 2, C.1); - Emissão da Certidão de Regularidade do FGTS - CRF.	- Retenção do valor correspondente na NF de prestação do serviço do mês; - Oficiar ao Ministério do Trabalho; - Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade da contratada; - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato.
66	Falta e/ou atraso do pagamento das verbas rescisórias	Falha na execução contratual.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Reduzir	- Solicitação de comprovante de pagamento das	- Retenção do valor correspondente

		Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.					verbas rescisórias (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT) quando da demissão do trabalhador terceirizado.	na conta vinculada; - Pagamento direto ao empregado; - Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade da contratada; - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato.
67	Falta de manutenção das condições de habilitação por parte da empresa contratada	Descontinuidade do serviço	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Evitar	- Verificação mensal das condições de habilitação da contratada.	- Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade da contratada; - Abertura de novo processo licitatório.
68	Pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias em desacordo com a proposta da empresa	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Evitar	- Solicitação e conferência dos comprovantes de pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, conforme anexo VIII-B da IN/SEGES/MP nº 05/2017; - Elaboração e preenchimento de planilha demonstrativa de pagamento de verbas trabalhistas e conferência com a proposta da empresa.	- Retenção do pagamento; - Abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade da contratada; - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato.
69	Falta ou não comprovação do pagamento dos encargos previdenciários mensais dos trabalhadores	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Evitar	- Solicitação, por amostragem, dos comprovantes de pagamentos do INSS mensal dos trabalhadores alocados nos contratos (GFIP completa com conectividade social e comprovante de quitação da guia de recolhimento); - Solicitação, por amostragem e mensalmente, o extrato de recolhimento do INSS dos trabalhadores alocados no contrato (Anexo VIII-B, 2, C.1); - Emissão da certidão negativa de tributos federais e previdenciários; - Realização de reunião inicial com a empresa contratada ressaltando a importância do pagamento em dia das verbas trabalhistas e suas consequências no caso de inadimplência, com registro em	- Oficiar a Receita Federal do Brasil - Fiscal Administrativo; - Realizar a retenção do pagamento no valor da obrigação inadimplida; - Abrir processo administrativo para apuração de responsabilidade da empresa; - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato; - Rescisão Contratual; - Solicitar nova contratação.

							ata; - No início do contrato, entrega de relação mensal de documentos que deverão necessariamente acompanhar a Nota Fiscal para ateste e pagamento.	
70	Falta do pagamento dos encargos previdenciários rescisórios dos trabalhadores	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Evitar	- Solicitação, por amostragem, dos comprovantes de pagamentos do FGTS mensal dos trabalhadores alocados nos contratos (GFIP completa com conectividade social e comprovante de quitação da guia de recolhimento); - Solicitação, por amostragem e mensalmente, o extrato de recolhimento do INSS dos trabalhadores alocados no contrato (Anexo III-B, 2, C.1); - Realização de reunião inicial com a empresa contratada ressaltando a importância do pagamento em dia das verbas trabalhistas e suas consequências no caso de inadimplência, com registro em ata; No início do contrato, entrega de relação mensal de documentos que deverão necessariamente acompanhar a Nota Fiscal para ateste e pagamento.	- Oficiar ao Ministério do Trabalho - Gestor do Contrato / Retenção de Pagamento no valor da obrigação inadimplida; - Abrir processo administrativo para apuração de responsabilidade da empresa; - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato.
71	Falta de pagamento do FGTS rescisório dos trabalhadores	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Evitar	- Solicitação, por amostragem, dos comprovantes de pagamentos do FGTS mensal dos trabalhadores alocados nos contratos (GFIP completa com conectividade social e comprovante de quitação da guia de recolhimento); - Solicitação, por amostragem e mensalmente, o extrato da conta vinculada do FGTS dos trabalhadores alocados no contrato (Anexo III-B, 2, C.1); - Realização de reunião inicial com a empresa contratada ressaltando a importância do	- Oficiar ao Ministério do Trabalho - Gestor do Contrato; - Retenção de Pagamento no valor da obrigação inadimplida; - Abrir processo administrativo para apuração de responsabilidade da empresa; - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato.

							pagamento em dia das verbas trabalhistas e suas consequências no caso de inadimplência, com registro em ata; - No início do contrato, entrega de relação mensal de documentos que deverão necessariamente acompanhar a Nota Fiscal para ateste e pagamento.	
72	Falta do controle da frequência dos trabalhadores vinculados ao contrato	Falha na execução contratual. Atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Evitar	- Exigência da entrega mensal do controle de frequência dos trabalhadores vinculados ao contrato.	- Oficiar ao Ministério do Trabalho - Gestor do Contrato; - Retenção de Pagamento no valor da obrigação inadimplida; - Abrir processo administrativo para apuração de responsabilidade da empresa; - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato.
73	Alteração na legislação trabalhista que ocasione impacto nos contratos	Desequilíbrio da equação econômica-financeira do contrato.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Reduzir	- Capacitação constante dos servidores que atuam nas etapas de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão e fiscalização contratual.	Alteração do Contrato ( Fato do Príncipe) - Unidade de Contratos
74	Falta resposta à notificações por parte da empresa contratada	Falha na execução contratual.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Compartilhar	- Realização de reunião inicial com a empresa contratada ressaltando a importância do pagamento em dia das verbas trabalhistas e suas consequências no caso de inadimplência, com registro em ata; - No início do contrato, entrega de relação mensal de documentos que deverão necessariamente acompanhar a Nota Fiscal para ateste e pagamento; - Padronização dos modelos de notificação das empresas contratadas, onde deverá constar as penalidades no caso de não atendimento às notificações.	- Retenção do valor correspondente a parcela da inexecução do contrato objeto da notificação.
75	Atraso e/ou falta de pedido de prorrogação contratual	Descontinuidade do serviço.	MÉDIA	GRANDE	Fiscal Administrativo	Reduzir	- Manter os dados contratuais do COMPRASGOVBR CONTRATOS; - Manter	- Instrução de processo contratação e/ou prorrogação de forma célere.

							procedimento de aviso de vencimento contratual para contratos vincendos; - Capacitar os Gestores e Fiscais para o acompanhamento dos procedimentos de gestão e fiscalização. - Elaborar documento de orientações iniciais para Fiscais e Gestores de contratos.	- Contratação Emergencial.
76	Abandono da prestação do serviço pela empresa contratada	Descontinuidade do serviço. Inexecução contratual total.	MÉDIA	GRANDE	Equipe de Planejamento	Reduzir	Definir as exigências de habilitação técnica conforme item 10.3 do anexo VII-A da IN/SEGES/MP nº 05/2017. - Equipe de Planejamento / Definir as condições de habilitação econômico-financeira conforme item 11 do anexo VII-A da IN/SEGES/MP nº 05/2017. - Equipe de Planejamento / Instituir a necessidade de Garantia para a execução do serviço - Equipe de Planejamento / Prever abertura de conta vinculada conforme inciso I do § 1º do art. 18, da IN/SEGES/MP nº 05/2017. - Equipe de Planejamento	- Solicitar a Contratação emergencial ou de remanescente de serviço. - Abrir registro de ocorrência na Garantia do contrato.

Participantes da Análise de Riscos		
Matrícula SIAPE	Nome	Unidade
2752787	RICARDO FRANÇA DE BRITO	CGSEC
1854641	PEDRO HENRIQUE CORREIA DE CASTRO	CGSEC

(assinado eletronicamente)

**LARA BRAINER MAGALHÃES TORRES DE OLIVEIRA**

Diretora



Documento assinado eletronicamente por **Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira, Diretor(a)**, em 05/09/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César Proença, Analista em Tecnologia da Informação**, em 05/09/2022, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilnara Pinto Pereira, Analista**, em 05/09/2022, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **27780322** e o código CRC **1B7C59C8**.

---

Referência: Processo nº 19973.102061/2022-55.

SEI nº 27780322